ano 11 – n. 21 | janeiro/junho – 2022
Belo Horizonte | p. 1-274 | ISSN 2238-1511
R. bras. de Infraestrutura – RBINF

Revista Brasileira de INFRAESTRUTURA

RBINF

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Titularidade do serviço de saneamento básico à luz da Lei Federal nº 14.026/2020

Ricardo Marcondes Martins 11

1 Breve introdução 11
2 Estado federal 12
3 Titularidade do serviço de saneamento básico 17
4 Saneamento básico e região metropolitana 22
5 Teoria da troca de sujeito 32
6 Inconstitucionalidade global da lei de saneamento básico 36
7 Conclusões 39
Referências 41

Do desenvolvimentismo ao neoliberalismo: erros e acertos do Estado brasileiro na atuação no domínio econômico

Andre Luiz dos Santos Nakamura 45

Introdução 45
1 O desenvolvimentismo estatal 46
2 A crise do desenvolvimentismo estatal: o neoliberalismo 49
3 O novo-desenvolvimentismo e sua crise 52
4 A armadilha da Constituição de 1988: vinculação do orçamento estatal 53
5 O necessário desenvolvimento 54
Conclusão 56
Referências 57

Economias disruptivas e o novo modelo legislativo laboral das empresas de pequeno porte em face da inteligência artificial do século XXI

Fabrício Gonçalves Zipperer 59

Introdução 60
A evolução do trabalho e o histórico dos meios de produção até a inteligência artificial do século XXI 60
Um novo modelo legislativo laboral para a micro e pequena empresa diante da nova era tecnológica 65
Conclusão 69
Referências 70

Tecnologia, inclusão social e melhoria das condições de vida: instigação ao debate

Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra 73

Aspectos jurídicos da liberação dos cassinos no Brasil, a exemplo de Portugal
Daniel Blume Pereira de Almeida 79

Introdução 79
1 Da autonomia da vontade 81
2 Das obrigações civis 84
3 Do contrato de jogo e aposta em Portugal 87
3.1 Aspectos históricos 87
3.2 Conceito 89
3.3 Das características 90
3.4 Do regime 91
3.5 Da nulidade 93
4 Reflexões sobre o regime jurídico adotado no Brasil 93
4.1 O contrato de jogo e aposta no Código Civil brasileiro de 2002 93
4.2 Dos jogos de azar/cassinos: importância de sua legalização no Brasil, a exemplo de Portugal 95
Conclusão 100
Referências 103

A dinâmica configuração do princípio da presunção de inocência na interpretação e na aplicação do Direito Administrativo Sancionador
João Victor Tavares Galil 107

1 Introito 107
2 Fundamento constitucional da presunção de inocência para o Direito Administrativo Sancionador 108
2.1 Breve relato histórico da presunção de inocência 109
2.2 Presunção de inocência na Constituição brasileira 111
2.3 Natureza jurídica da norma constitucional da presunção de inocência 113
2.4 Presunção de inocência como princípio de Direito Administrativo Sancionador 115
3 Dimensões da presunção de inocência no Direito Administrativo Sancionador 117
3.1 Presunção de inocência, processo administrativo sancionador e devido processo legal 118
3.2 Incidência endoprocessual da presunção de inocência 123
3.2.1 Culpabilidade no Direito Administrativo Sancionador 123
3.2.2 Instauração do processo administrativo sancionador 126
3.3 Fase instrutória do processo administrativo 129
3.4 Fase decisória do processo administrativo 133
3.5 Incidência extraprocessual da presunção de inocência 136
4 Conclusões 137
Referências 138

Os tribunais de contas e o controle da política nacional de resíduos sólidos: por um controle mais focado na consensualidade e na predição
Bruno Vieira da Rocha Barbirato 141

1 Cenário atual da execução da política pública de resíduos sólidos no Brasil 142
2 Política nacional de resíduos sólidos e suas falhas estruturais 148
2.1 A atividade de controle externo tradicional e imperativa na fiscalização da política nacional de resíduos sólidos 148
2.2 Caso paradigmático 152
3 Superação de paradigma com a necessidade de controle externo, através de atuação consensual e dialógica 154
3.1 Consensualidade na atividade de controle externo e seu recente desenvolvimento 154
3.2 Atuação do controle externo ao longo do ciclo da política pública 157

3.3 Atuação consensual, separação de poderes e diálogo interinstitucional 168
3.4 Casos paradigmáticos 172
4 Função reservada à atividade sancionadora 175
5 Conclusão 178
Referências 180

Delineamentos sobre democracia e cidadania digital e sua intrínseca relação com a (in)efetividade da participação popular na esfera digital
Isabella Macedo Torres 183
1 Introdução 184
2 Delineamentos acerca da relação intrínseca entre democracia e cidadania digital ... 185
3 A cidadania digital e o sentimento de pertencimento na sociedade líquida 188
4 (In)efetividade da participação popular na esfera digital 191
Conclusões 195
Referências 196

Atos da Administração Pública e suas peculiaridades
Nadia Cristina Batista 199
1 Introdução 199
2 Distinção entre fato e ato administrativo 200
2.1 Vinculação e discricionariedade 202
3 Elementos dos atos administrativos 203
3.1 Competência 204
3.2 Finalidade 204
3.3 Forma 205
3.4 Motivo 205
3.5 Objeto 206
4 Espécies de atos administrativos 207
4.1 Atos normativos 207
4.2 Atos ordinatórios 207
4.3 Atos negociais 208
4.4 Atos enunciativos 208
4.5 Atos punitivos 209
5 Extinção do ato administrativo: revogação, anulação e cassação 210
6 Conclusão 213
Referências 215

Conversação e Direito: contrafações administrativas como implicaturas
Gustavo Pizzicola 217
1 Introdução 217
2 Dos pressupostos para a aplicação de uma teoria das implicaturas às contrafações administrativas 220
3 Das contrafações administrativas como implicaturas 223
4 Da descrição das contrafações administrativas: estudos de caso 229
5 Conclusão 231
Referências 234

Os impactos da COVID-19 ao sistema penitenciário brasileiro: reflexos de uma crise sanitária
Camila Sampaio Ribeiro 235
Introdução 235

1 Sistema prisional 236
1.1 Aspectos da prisão 236
1.2 A população carcerária 238
2 COVID-19 e o tratamento médico no sistema prisional 239
2.1 Assistência à saúde no sistema penitenciário 239
2.2 Combate à COVID-19 nos estabelecimentos penais 241
3 Considerações finais 244
Referências 245

Sobre a norma jurídica
Pedro Gabriel du Mont Santoro 249
Introdução 250
1 Conceito de norma (em geral) 250
2 Eficácia das normas 252
3 Ordens sociais 252
4 Conceito de norma jurídica 253
5 Sanção como elemento essencial da norma jurídica 254
6 Mecanismos de garantia da eficácia das normas jurídicas 255
7 Estrutura da norma; da proposição normativa 261
8 Estrutura(s) da norma jurídica 261
9 Estrutura das normas jurídicas à luz da classificação kantiana das normas 262
10 Estrutura bimembre das normas universais 263
11 Estrutura das normas de competência e das normas permissivas 269
12 Conclusão 270
Referências 271

Instruções para os autores 273